

MAIS JUSTIÇA E MAIS APOIOS PARA AS EMPRESAS DO SETOR TÊXTIL E VESTUÁRIO

Partilhamos os principais resultados do Inquérito que a ATP levou recentemente a cabo junto das empresas do setor têxtil e vestuário para avaliar o impacto da pandemia, perceber as principais preocupações e conhecer as medidas que na opinião dos empresários deveriam ser tomadas.

No passado mês de janeiro, **65% das empresas registaram quebras de faturação superiores a 10%**, situação que se manterá durante o 1.º trimestre deste ano, de acordo com as expectativas dos empresários, refletindo a quebra de encomendas que estão a sentir.

Existem cerca de **30% de empresas do setor com quebras de faturação entre 10% e 25%**, que estão por isso mesmo, a viver uma situação muito difícil e sem poderem aceder ao apoio à retoma progressiva, apenas válido para quebras de faturação iguais ou superiores a 25%.

É neste sentido que uma das reivindicações das empresas do setor é que as medidas de apoio sejam alteradas no sentido de abrangerem mais empresas. O apoio à retoma progressiva deveria ser possível a partir de quebras iguais ou superiores a 15%.

Este apoio deveria igualmente considerar na **definição de crise empresarial**, a quebra de encomendas e não apenas de faturação. Até porque segundo o inquérito, os clientes estão a ter muitas dificuldades e atrasar os pagamentos às empresas produtoras. As empresas reclamam ainda a isenção da TSU para os trabalhadores abrangidos pelas medidas de redução ou suspensão do período de trabalho. Esta medida devia igualmente contemplar empresas com mais de 250 trabalhadores, por forma a apoiar a manutenção dos postos de trabalho nestas empresas, as quais têm um papel importante do ponto de vista do emprego e social.

Mas a maioria das empresas defende a **reintrodução do regime de Lay Off Simplificado**, aplicável a todas as empresas (e não apenas às que são encerradas por via legal/ administrativa), introduzindo desta forma maior justiça na cadeia de valor (não é apenas o retalho que está com dificuldades, quem está a montante na cadeia de valor está igualmente em dificuldades). Justiça igualmente no acesso a medidas como o APOIAR, neste momento, apenas disponível para algumas atividades, estando excluída a indústria.

As empresas reclamam ainda que os trabalhadores que estão em casa para assistência a filhos menores (devido ao encerramento de escolas) sejam **pagos pela Segurança Social**.

Ao nível das **linhas de crédito** (esta é, entre os inquiridos, a medida mais usada, com 65% das empresas a utilizar), as empresas reclamam reforço dos montantes e maior flexibilidade de pagamento.

Há ainda muitas empresas que solicitam uma componente de apoio a fundo perdido para capitalizar as empresas, extensão temporal das medidas e maior rapidez no pagamento dos apoios.

Mais detalhes sobre os principais resultados deste inquérito no [documento em anexo](#).

Mário Jorge Machado

Presidente da ATP

Vila Nova de Famalicão, 5 de fevereiro de 2021